



Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE DEFESA

PROCESSO N.º:	537977/2023
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA
CNPJ:	03.239.043/0001-12
ASSUNTO:	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL
ORDENADOR DE DESPESAS	OSMAR ANTONIO MOREIRA
RELATOR:	ANTONIO JOAQUIM MORAES RODRIGUES NETO
MUNICÍPIO DO FISCALIZADO:	PARANAITA
NÚMERO OS:	4566/2024
EQUIPE TÉCNICA:	FRANCISCO EVALDO FERREIRA LEAL





SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. ANÁLISE DA DEFESA	3
2. 1. Manifestação acerca de proposta de recomendação	6
3. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÕES / DETERMINAÇÕES	8
4. CONCLUSÃO	8
4. 1. RESULTADO DA ANÁLISE	8
4. 2. NOVAS CITAÇÕES	9





1. INTRODUÇÃO

Trata-se de análise de defesa apresentada pelo Senhor Osmar Antônio Moreira - Prefeito (Doc. 491818 /2024), referente aos apontamentos do Relatório Preliminar de Auditoria das Contas Anuais de Governo do exercício de 2023, do município de Paranaíta (Doc. 481611/2024.)

2. ANÁLISE DA DEFESA

OSMAR ANTONIO MOREIRA - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2021 a 31/12/2023

1) AA05 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS_GRAVÍSSIMA_05. Repasses ao Poder Legislativo em desacordo com art. 29-A, § 2º, da Constituição Federal.

1.1) *Deixou de repassar o duodécimo de fevereiro de 2023 até o dia 20.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: OSMAR ANTONIO MOREIRA - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

Segundo o defendente, nos dias 20 e 21 de fevereiro de 2023 foi decretado ponto facultativo no município, devido ao feriado de carnaval (Decreto Municipal nº 089/2023) que coincidiu com a data do repasse. Mas, o repasse ocorreu no dia útil seguinte.

Anexou o referido decreto no documento de defesa.

Análise da Defesa:

Tendo em vista o feriado de carnaval, a decretação de ponto facultativo e a efetivação da transferência do duodécimo no dia útil seguinte, considera-se esclarecido e sanado o apontamento.

Resultado da Análise: SANADO

2) CB99 CONTABILIDADE_GRAVE_99. Irregularidade referente à Contabilidade, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa nº 17/2010 – TCE-MT.

2.1) *Conforme apresentado no quadro do tópico 4.1.1.1, constatou-se uma diferença de R\$ 59.724,18 na contabilização, a menor, da receita 1.7.1.2.51.0.1.00.00.00 COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS - CFEM, contrariando o Art. 6º da Lei nº 4320/64.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: OSMAR ANTONIO MOREIRA - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

De acordo com o defendente, a diferença na contabilização da receita decorreu de um equívoco na classificação orçamentária da receita em agosto de 2023.





Inicialmente foi contabilizada na classificação 1.7.1.2.51 - Cota-Parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, e posteriormente teria sido alterada para 1.3.2.1.05.0.1.05.12 - Rendimento Recursos CFEM. Fonte 1.708.

Demonstrou que procedeu à correção do lançamento e encaminhou o referido relatório (Anexo 10 Receita) corrigido (p. 41). Informou que, para evitar a recorrência de erros semelhantes, aprimorou os procedimentos de controle.

Análise da Defesa:

Pelos esclarecimentos adicionais apresentados no âmbito da defesa, constata-se que não se trata de contabilização a menor de receita, mas de erro na classificação orçamentária.

No demonstrativo de receita apresentado pela defesa com classificação correta (p. 41), o valor da receita 1.7.1.2.51 - Cota-Parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, foi atualizado com o acréscimo de R\$ 59.724,18.

Considerando que não se trata de contabilização a menor de receita e a realização dos ajustes contábeis para correção do erro; conclui-se pelo afastamento da irregularidade, com a devida recomendação no tópico específico ao final deste relatório.

Resultado da Análise: SANADO

3) DB08 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVE_08. Ausência de transparência nas contas públicas, inclusive quanto à realização das audiências públicas (arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar 101/2000).

3.1) *Não se constatou a realização de audiência pública para avaliar o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, nos termos do art. 9º, § 4º, da LRF.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: OSMAR ANTONIO MOREIRA - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

A defesa declarou ter realizado as audiências públicas para avaliação do cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, nos termos do art. 9º, § 4º, da LRF.

Nesta oportunidade, apresentou os seguintes documentos (Doc. 491818/2024, p. 53 a 88):

- comunicados das audiências;
- atas das audiências;
- avisos na internet;
- Lista de presenças;
- Registro fotográfico.

Análise da Defesa:

A documentação apresentada comprovou a realização das audiências, afastando a irregularidade.

Resultado da Análise: SANADO





4) NC99 DIVERSOS_MODERADA_99. Irregularidade referente ao assunto "Diversos", não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa nº 17/2010 – TCE-MT.

4.1) *Não foi evidenciada a implementação de ações nas Escolas Municipais de Educação Básica visando o combate à Violência Contra a Mulher, conforme previsto no artigo 2º da Lei n.º 14.164/2021. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA*

Responsável 1: OSMAR ANTONIO MOREIRA - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

Informou a defesa que as ações visando o combate à Violência Contra a Mulher, conforme previsto no artigo 2º da Lei n.º 14.164/2021, foram implementadas e apresentou os seguintes documentos comprobatórios (Doc. 491818/2024):

- Normativa Interna SME nº 001/2023, que dispõe sobre a "Semana Escolar de Combate à Violência Contra a Mulher e/ou Ações Realizadas nas Unidades Escolares da Rede Pública Municipal" (p. 90 a 94);
- registro fotográfico da "Semana de Combate à Violência contra a Mulher" que teria sido realizada em 2023 (p. 95 a 104);
- material de instrução para professores nas ações em sala de aula (p. 125 a 403); e
- Normativa Interna SME nº 002/2024, que dispõe sobre a "Semana Escolar de Combate à Violência Contra a Mulher e/ou Ações Realizadas nas Unidades Escolares da Rede Pública Municipal" (p. 119 a 123).

Análise da Defesa:

Destaca-se a demora na apresentação das informações pela gestão, uma vez que deveriam ter sido apresentadas antes da conclusão do Relatório Preliminar, em atendimento à solicitação da 6ª Secretaria de Controle Externo:

"Por meio do Ofício nº 60/2024/6ª Secex e Ofício Circular nº 03/2024/6ª Secex, foram solicitadas informações sobre ações educacionais de prevenção e combate à violência - observância da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – subsídio à análise das Contas de Governo Municipal do exercício de 2023, contudo, não foram apresentadas as informações requeridas" (Relatório Preliminar. Doc. 481611/2024, p. 42).

Contudo, considerando tais documentos adicionados ao processo de conta nesta fase processual, conclui-se que foi evidenciada a implementação de ações de combate à violência contra a mulher.

Resultado da Análise: SANADO

4.2) *A Administração não comprovou a inserção no currículo escolar de conteúdos relativos à Prevenção e Combate da Violência contra a Mulher, conforme previsto pela Lei nº 14.164/2021, que alterou o § 9º, do artigo 26, da Lei 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA*

Responsável 1: OSMAR ANTONIO MOREIRA - ORDENADOR DE DESPESAS





Manifestação da Defesa:

Segundo a defesa, as previsões legais foram atendidas por meio da inclusão nos planos de aula, guias didáticos e outros recursos pedagógicos; e apresentou os documentos comprobatórios listados no item 4.1 (anterior).

Análise da Defesa:

Analisando os documentos comprobatórios apresentados (Doc. 491818/2024, p. 89 a 403), não se constatou a efetiva inserção no currículo escolar de conteúdos relativos à Prevenção e Combate da Violência contra a Mulher, conforme previsto pela Lei nº 14.164/2021, que alterou o § 9º, do artigo 26, da Lei 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Resultado da Análise: MANTIDO

4.3) *A Administração não realizou a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, prevista no artigo 2º da Lei nº 14.164/2021* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: OSMAR ANTONIO MOREIRA - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

Segundo a defesa, foi realizada a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, conforme documentos comprobatórios listados no item 4.1.

Análise da Defesa:

Nas declarações e documentos apresentados, o defendente evidenciou a realização de eventos de combate à violência contra a mulher.

Resultado da Análise: SANADO

2. 1. Manifestação acerca de proposta de recomendação

Nas manifestações da defesa, além de discorrer sobre os apontamentos, tratou também da recomendação de aprimorar as técnicas de previsões de valores para as metas fiscais, conforme análise apresentada no tópico 7.1 do relatório preliminar.

Manifestação da Defesa:

O defendente contestou os valores apresentados no cálculo do relatório preliminar porque não foi contemplou a atualização recente na 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), a qual dispõe que devem ser segregadas as receitas e despesas orçamentárias realizadas com fontes do RPPS, procedimentos esses que não estavam contemplados na metodologia anterior. Assim, provavelmente, a razão das principais divergências entre o cálculo pela metodologia nova e o cálculo pela metodologia anterior estará nos valores desses montantes.





Na sequência, apresentou quadros do seu levantamento e cada valor, excluindo as receitas e despesas orçamentárias realizadas com fontes do RPPS. O resultado obtido foi um déficit primário na ordem de R\$ -1.267.687,10 (Doc. 491818/2024, p. 4 a 9).

Análise da Defesa:

Confirmam-se as informações trazidas pelo defendente sobre a atualização recente da metodologia de apuração do resultado primário, pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

O defendente utilizou o mesmo escopo de cálculo do relatório preliminar, mas desconsiderou o impacto do RPPS, conforme o MDF, 13ª edição (p. 283), no qual foi obtido como resultado um déficit de -R\$ 1.267.687,10.

Comparando-se esse resultado com a meta prevista de -R\$ 736.000,00, temos um resultado aparentemente compatível. No entanto, esse resultado alcançado é bem menor do que a meta prevista, o que aciona a previsão de limitar empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias, conforme estabelece o Art. 9º da LRF.

Todavia,, o ente definiu o valor da meta prevista pela metodologia anterior (Na LDO publicada no exercício de 2022), pois a alteração de metodologia foi publicada posteriormente pela STN em 28/04/2023 (Portaria STN/MF nº 288/2023).

Prevendo que isso poderia acontecer, a STN propôs no MDF, 13ª edição (p.262):

Tendo em vista que a partir de 2023 passou a vigorar uma nova metodologia para a fixação da meta do resultado primário e nominal, **os entes que elaboraram suas LDO para o exercício de 2023 com base na metodologia da 13ª edição do MDF, válida para o exercício de 2022 (metodologia anterior), poderão optar facultativamente por avaliar o cumprimento das metas fiscais de 2023, ao final do exercício, fazendo a apuração dos resultados fiscais correspondentes com base na metodologia anterior**, visando a manter a consistência interna da comparação entre os valores previstos e os valores realizados.

No entanto, o cálculo dos resultados fiscais conforme a metodologia anterior deverá ser explicitado em notas explicativas ao demonstrativo.

Portanto, se a meta prevista tiver sido calculada com base na metodologia anterior, vigente até o exercício de 2022, o cálculo do resultado primário poderá também ser feito com essa metodologia anterior, visando a manter a consistência da comparação.

Dessa forma, o cálculo preliminar pode ser mantido, pois considerou a mesma metodologia (anterior) para os valores previstos e realizados.

Ante o exposto, conclui-se que a recomendação proposta preliminarmente deve ser mantida por ocasião da análise das manifestações da defesa.





3. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÕES / DETERMINAÇÕES

Considerando o resultado da análise da defesa, apresenta-se a seguir a atualização da proposta de recomendações / determinações.

Sugere-se ao Conselheiro Relator que determine à Administração:

I. registrar contabilmente as receitas e despesas na classificação orçamentária correta, em conformidade com os capítulos II e III da Lei nº 4320/64 e respectivas atualizações da Secretaria de Tesouro Nacional.

Sugere-se, ainda, ao Conselheiro Relator que recomende à Administração:

I. aplicar efetivamente do mecanismo de ajuste fiscal previsto no Art. 167-A da CRFB/1988, conforme análise realizada no item 6.6 do relatório técnico preliminar;

II. implantar as ações de combate à violência contra a mulher, previstas na Lei n.º 14164/2021, pelo menos, por meio de Lei ou Decreto para reduzir o risco de descontinuidade das ações nos anos seguintes;

III. Aprimorar as técnicas de previsões de valores para as metas fiscais, adequando-as à realidade fiscal e capacidade financeira do município, compatibilizando-as com as peças de planejamento, em decorrência da situação encontrada na análise da meta de resultado primário apresentada no tópico 7.1 do relatório preliminar;

IV. inserir no currículo escolar conteúdos relativos à prevenção e combate da violência contra a mulher, conforme previsto pela Lei nº 14.164/2021, que alterou o § 9º, do artigo 26, da Lei 9.394/1996 (LDB).

4. CONCLUSÃO

Da análise das manifestações e dos documentos apresentados na defesa, manteve-se o apontamento do item 4.2.

4. 1. RESULTADO DA ANÁLISE

OSMAR ANTONIO MOREIRA - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2021 a 31/12/2023

1) AA05 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS_GRAVÍSSIMA_05. Repasses ao Poder Legislativo em desacordo com art. 29-A, § 2º, da Constituição Federal.

1.1) **SANADO**

2) CB99 CONTABILIDADE_GRAVE_99. Irregularidade referente à Contabilidade, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa nº 17/2010 – TCE-MT.





2.1) SANADO

Data do Fator Gerador	Responsável	valor
31/12/2023	OSMAR ANTONIO MOREIRA	R\$ 59.724,18
Total:		R\$ 59.724,18

3) **DB08 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVE_08.** Ausência de transparência nas contas públicas, inclusive quanto à realização das audiências públicas (arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar 101/2000).

3.1) SANADO

4) **NC99 DIVERSOS_MODERADA_99.** Irregularidade referente ao assunto "Diversos", não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa nº 17/2010 – TCE-MT.

4.1) SANADO

4.2) *A Administração não comprovou a inserção no currículo escolar de conteúdos relativos à Prevenção e Combate da Violência contra a Mulher, conforme previsto pela Lei nº 14.164/2021, que alterou o § 9º, do artigo 26, da Lei 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

4.3) SANADO

4. 2. NOVAS CITAÇÕES

Considerando que o responsável apresentou manifestação sobre todos os apontamentos do relatório preliminar, entende-se não haver necessidade de novas citações.

Em Cuiabá-MT, 26 de julho de 2024

FRANCISCO EVALDO FERREIRA LEAL
AUDITOR PUBLICO EXTERNO
RESPONSÁVEL DA EQUIPE TÉCNICA

